

Estudo Técnico Preliminar 39/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08490.002286/2024-81

2. Descrição da necessidade

2.1. Conforme explanado no Documento de Formalização da Demanda SELOG/SR/PF/SC (SEI nº 35036168), a contratação de empresa especializada para prestar serviços de vigilância armada, faz-se necessária para dar suporte ao funcionamento adequado e seguro das unidades da Polícia Federal em Santa Catarina sete dias por semana ininterruptamente. Ademais, os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas das atividades meio e fim da Polícia Federal.

2.2. Os serviços ora pretendidos também visam a proteção dos mais diversos tipos de bens apreendidos, no bojo de inquéritos policiais, que se encontram em depósitos e pátios das unidades, de bens móveis tais como armamento, materiais tecnológicos, documentos oficiais, dentre outros, durante 24 horas e, em especial, nos finais de semana e feriados, quando apenas os serviços de plantão estão operando normalmente.

2.3. A contratação em tela visa, ainda, assegurar a integridade do acervo patrimonial Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e Delegacias descentralizadas, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público.

2.4. Tal condição exige, ao menos, a alocação de postos de vigilância diurna, em escala de 44 horas semanais, e também em escala 12 x 36 horas no período diurno, para controle de fluxo do público em geral na entrada principal da Superintendência, bem como gerar um ambiente de maior segurança aos colaboradores e servidores prestadores de serviços com atendimento ao público externo.

2.5. Outrossim, também exige-se postos em escala de 12 x 36 horas, em período noturno, para controlar acesso e fluxo de veículos nas garagens e depósito e; no local de Depósito de guarda dos veículos eventualmente apreendidos da Superintendência e suas Delegacias de Polícia Federal.

2.6. Além disso, a contratação pretendida também permite que o efetivo policial esteja totalmente empenhado nas atividades fim da Polícia Federal, desonerando-os de atividades de segurança das próprias instalações.

2.7. A contratação ora pretendida, alinha-se à legislação vigente, quer seja:

2.7.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);

2.7.2. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);

2.7.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);

2.7.4. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);

2.7.5. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);

2.7.6. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

2.7.7. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);

2.7.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

2.7.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal) ;

2.7.10. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);

2.7.11. Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);

2.7.12. Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados);

2.7.13. Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983, (Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências);

2.7.14. Manual do vigilante - ABCFAV;

2.7.15. Caderno de logística SEGES - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial; e

2.7.16. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.8. Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21 e Decreto 10.024/19, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucintas, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

2.9. Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas da atividade policial fim, haja vista a necessidade de manutenção da segurança das unidades 24 horas por dia e 7 dias por semana.

2.10. São ainda serviços que podem ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN 05/2017-SEGES/MPDG, que preconiza:

"I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III"

- 2.11. Nos termos da Instrução Normativa supracitada, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 2.12. Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2023/2027 da Polícia Federal, SEI 35059121, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.
- 2.13. Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, o Termo de Referência deverá ser elaborado com o objetivo de definir de forma clara, detalhada e organizada os serviços de vigilância armada, a serem executados nas dependências das unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, com dedicação exclusiva de mão de obra, para que não haja solução de continuidade no que tange à manutenção da segurança do patrimônio público, atividade necessária para oferecer condições ao cumprimento do dever legal imputado a essa instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL	GIOVANA SILVA ARRUDA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Para que os serviços sejam prestados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, esta Superintendência opta pela contratação dos serviços terceirizados devigilância armada, desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:
- 4.1.1. observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;
 - 4.1.2. cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;
 - 4.1.3. dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado, de modo a garantir boa relação custo/benefício;
 - 4.1.4. célere instrução do processo, de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;
 - 4.1.5. a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
 - 4.1.6. a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;
 - 4.1.7. as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas da categoria envolvida na prestação dos serviços vigentes em 2024, bem como a legislação trabalhista vigente.
 - 4.1.8. a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em quantidade dimensionada e remunerada.
- 4.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Para elaborar a planilha de custos e formação de preços, vários tipos de pesquisa foram realizados observando as orientações da IN 65/2021, no que se refere aos insumos vinculados à prestação dos serviços, e as diretrizes da IN 05/2017, no que se refere à mão de obra envolvida na contratação pretendida. Vejamos:
- 5.1.1. Foi realizada consulta ao Banco de Preços no período de 08 a 13/05/2024, com abrangência de todas as compras realizadas nos últimos 12 meses, considerando o CATMAT de cada item necessário, isto é, itens de fardamento, material de apoio, equipamentos e acessórios, SEI 35224604.

5.1.2. Foi realizada pesquisa no sistema Pesquisa de Preços.gov do Painel de Compras Governamentais, SEI 35228892, no dia 21/05/2024, constando vários processos de licitação homologados de contratação da prestação dos serviços de vigilância armada. Desta cotação, foram selecionados os preços de alguns insumos, tais como armamento, munição e demais acessórios.

5.1.3. Foi também, realizada pesquisa de preços no Portal de Compras.gov com a seleção de editais de outros órgãos, SEI 35279361, dos quais se aproveitou os preços de alguns itens.

5.2. Todos os preços coletados foram lançados no Mapa de Preços SEI 35392309 e foram devidamente analisados na Informação SEI 35343479.

5.3. Das consultas realizadas também se depreende que os serviços de vigilância armada são comumente contratados pelos mais diversos órgãos públicos. Todavia, o preço de referência da contratação será determinado pela confecção da planilha de custos e formação de preços da Administração, SEI 35403899.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de vigilância armada, a serem executados nas dependências do edifício sede e nas unidades descentralizadas desta SR/PF/SC em todo o estado, será feita no documento Termo de Referência. Nele, constarão todos os pormenores: carga horária, cargos com CBO, obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Considerando que atualmente a Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina possui um contrato vigente para a prestação dos serviços de vigilância armada que encerrar-se-á em 31/08/2024, uma vez que a empresa não tem interesse em sua prorrogação, documento SEI 32016826, foi formalizada a demanda de nova contratação que é objeto deste estudo.

7.2. Inicialmente previa-se a contratação de 11 postos de vigilância sendo, 10 postos de jornada 12 x 36 horas e 1 posto de jornada de 44 horas semanais. Posteriormente, foi autorizada a implantação de 01 posto de vigilância diurno na delegacia de Criciúma, SEI 35403570, e, também, 01 posto de vigilância diurno na delegacia de Joinville. Dessa forma estima-se a contratação de acordo com o quadro abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Local	Postos
	1	Posto de vigilância ostensiva armada 44 (quarenta e quatro) horas semanais, <u>diurno</u> de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante.	Superintendência Regional de Polícia Federal em Florianópolis /SC	1
	2	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.		1
	3	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.		1
	4	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	Núcleo de Polícia Marítima (NEPOM) em	1

1	5	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	Florianópolis/SC	1
	6	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC	1
	7	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	Delegacia de Polícia Federal em Criciúma/SC	1
	8	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.		1
	9	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira/SC	1
	10	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC	1
	11	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	Delegacia de Polícia Federal em Joinville/SC	1
	12	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.		1
	13	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	Delegacia de Polícia Federal em Lages/SC	1
	Total			13

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.939.263,77

8.1. O valor estimado da contratação foi obtido através da elaboração da Planilha da Administração, SEI 35403899, de acordo com os seguintes critérios:

8.1.1. Orientações constantes no Caderno Técnico de Vigilância para Santa Catarina, ano Base 2019;

8.1.2. Convenções Coletivas celebradas entre o SINDESP e sindicatos dos trabalhadores que abrangem as cidades de Florianópolis, Joinville, Criciúma e Lages para 2024-2025 (SEI nº 35102727); SINDESP e sindicato dos trabalhadores de Itajaí para 2023 (SEI nº 35102731 e SINDESP e sindicatos dos trabalhadores de Chapecó e Dionísio Cerqueira para 2023 (SEI nº 35059159);

8.1.3. Os decretos de definição do valor da tarifa de transporte público vigentes em todas as localidades, SEI 35102719;

8.1.4. Leis e Decretos que definem as alíquotas de ISSQN em todas as localidades, SEI 35059139;

8.1.5. Consulta a CBO do cargo no site do Ministério do Trabalho e Emprego, SEI 35102697;

8.1.6. Pesquisa de preços de fardamento, equipamentos e material de apoio, SEI 35224604, pesquisa de contratos de vigilância no sítio Pesquisa de Preços.Gov, SEI 35228892 e consulta a editais de outros órgãos, SEI 35279361. A pesquisa foi compilada na Planilha Mapa de Preços de uniformes, equipamentos e armamento (SEI nº 35392309) e analisadas através da Informação de Análise crítica da pesquisa de preços (35343479).

8.2. Assim, o valor estimado total da contratação é de R\$ 2.187.852,75 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) para 12 (doze) meses e de **R\$ 10.939.263,77** (dez milhões, novecentos e trinta e nove mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e sete centavos) **para 60 (sessenta) meses.**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A administração da Polícia Federal em Santa Catarina optou neste momento por condensar em um único lote todas as localidades de prestação de serviços tendo em vista a economia de escala obtida através de publicações, economia processual, redução de custos com pessoal, equipamentos, como ponto biométrico, maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato, dentre outros.

9.2. No mesmo sentido, a Polícia Federal aloca somente os postos necessários e suficientes para haver uma prestação de serviços adequada, isto é, com exceção das delegacias de Criciúma e de Joinville, somente há postos noturnos nas demais unidades no interior do estado. Caso fosse licitado por itens, não haveria margem a aditivos ou supressões quando houvesse a necessidade de suprir alguma demanda extra de postos ou ainda contenção orçamentária, obrigando a Administração a realizar nova contratação, o que seria contraproducente, em virtude dos prazos e dos custos com a nova licitação.

9.3. Ademais, a categoria de vigilantes, é contemplada por um sindicato patronal, de âmbito estadual, que celebra as convenções coletivas com os sindicatos dos trabalhadores que abrangem todas as localidades onde haverá a prestação dos serviços, de acordo com o explanado no item 7.1.2, acima.

9.4. Neste mérito, quanto à contratação de objetos sem complexidade técnica, corrobora o relatório do *Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal*, formado por servidores do TCU, AGU, MPOG e MPF (dentre outros), o qual aponta, em seu subitem "III.e":

III.e – Casos de parcelamento do objeto

168. O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, fixa orientação no sentido de que [...]

169. Pelo esclarecido anteriormente, as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

170. Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.

171. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.

172. Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los. (grifo nosso)

173. Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não

devem ser divididos.
[...]

175. Dessa forma, a proposta do Grupo de Estudo para a realização do parcelamento do objeto em serviços de natureza continuada, dependerá da complexidade técnica envolvida. Assim, opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. Trata-se, contudo, de procedimentos que devem ser avaliados em cada caso concreto.

9.5. Acrescenta-se, ainda, que devem ser consideradas as características da estrutura da Polícia Federal em Santa Catarina, na qual as unidades descentralizadas não possuem autonomia financeira ou administrativa, sendo dependentes e demandantes das atividades desenvolvidas pelo Setor de Administração e Logística Policial, localizado na sede em Florianópolis; tais atividades incluem, dentre outras, a realização de compras e contratações, gestão contratual, engenharia, planejamento orçamentário e execução financeira, gestão da frota e atuação direta nos contratos de todas as delegacias.

9.6. Desta feita, amparado pela primazia do Princípio da Eficiência na Administração Pública, **sugere-se que a admissão seja agrupada em um único termo de contrato** celebrado com uma única empresa, em consonância com os acórdãos do TCU, conforme segue:

"O parcelamento total do objeto tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão nº 5301/2013-TCU 2ª Câmara);

Aumento da eficiência administrativa mediante centralização do gerenciamento de contratos de serviços idênticos, pois neste caso, lidar com um único prestador diminuirá o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);

O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);"

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Atualmente a Superintendência Regional em Santa Catarina possui um contrato vigente de prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, contudo, a contratada não teve interesse em sua prorrogação, conforme Documento de Formalização da Demanda 35036168.

10.2. Há os seguintes contratos de prestação de serviços que envolvem a alocação de mão de obra no estado:

- 10.2.1. apoio administrativo e motorista;
- 10.2.2. vigilância patrimonial armada - será encerrado em 31/08/2024;
- 10.2.3. limpeza, asseio e conservação;
- 10.2.4. Manutenção Predial do edifício Sede e NEPOM; e
- 10.2.5. Manutenção predial da delegacia de Itajaí.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal 2023/2027, SEI 35059121, prevê que a Polícia Federal deve dispor de apoio logístico efetivo e otimizar o emprego dos seus bens e recursos materiais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Considerando que a própria legislação recomenda que a atividade de vigilância armada seja objeto de execução indireta, na qualidade de atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. Além disso, a vigilância armada nos moldes atuais trará a segurança necessária para as atividades do órgão, em especial aos finais de semana e feriados, bem como libera os servidores policiais para atuarem nas áreas fins.

12.2. Reafirmamos a necessidade da contratação pelo fato de não haver disponibilidade dos cargos e atribuições envolvidos na vigilância armada no rol dos cargos da carreira administrativa existente na Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

13.2. Os insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada conforme regras a serem definidas no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

14.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017- SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

14.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

14.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

14.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade justifica-se em razão da experiência adquirida nas contratações pretéritas com o mesmo objeto, além de observar a legislação vigente que rege as contratações no setor Público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANE BARBOSA

Agente Administrativo

FREDERICO JOAO MASSIGNAN FILHO

Escrivão de Polícia Federal



Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 15:28:46.

NICOLE HOLZ

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 15:30:24.